

COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ata da Reunião Ordinária Virtual da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)

Data e Horário: 03 de novembro de 2021, das 14h30 às 18h30.

Local: Reunião Virtual – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH.

1 Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, reuniu-se, por videoconferência, a
2 Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), para a sua reunião
3 ordinária, com a presença dos seguintes participantes: Representantes do Governo: Andréia Figueira
4 Minduca, Coordenadora de Apoio à CONATRAE/CGCTE; Bruno Tempesta, Coordenador-Geral
5 da CGCTE; Cátia de Araújo Silva, Assistente da CGCTE; Edilene de Faria Santos, Secretária da
6 CGCTE; Eduardo Miranda Freire de Melo, Secretário-Adjunto da SNPG e Coordenador da
7 CONATRAE; Gerson Soares, MTP; Herbert Borges Paes de Barros, DEPDDH/MMFDH; Kátia de
8 Carvalho, Secretária da CGCTE; Maurício Krepsky Fagundes, MTP; Robert Paula Gouveia,
9 Ministério da Cidadania – CGMSE; Samuel de Carvalho Ribeiro, GAB/SNPG; Warlei Dias
10 Ribeiro, PRF/MJSP. Representantes de Entidades Privadas Não Governamentais: Carlos Eduardo
11 Chaves Silva, CONTAG; Luiz Fabiano de Oliveira Rosa, CNA; Rodrigo Hugueneu, CNA; Xavier
12 Jean Marie Plassat, CPT – COETRAE/TO. Membros Observadores: Ana Carolina Roman, ANPR;
13 Edmundo Lima, ABVTEX; Erik Ferraz, OIT; Humberto Adami, OAB; Italvar Filipe de P. Medina,
14 MPT; Lucas Marinho Lima, CNI; Luciana Paula Conforti, Vice-Presidente da ANAMATRA; Luís
15 Camargo, ABRAT; Lys Sobral, MPT; Marília Ramos, Repórter Brasil; Marina Cunha Sampaio,
16 SRTE/SP – MTP – Coordenadora de Combate à Discriminação; Mário Luiz Guerreiro, AGU;
17 Maurício Paes B. P. Drummond, Representando a AMB; Natália Suzuki, Repórter Brasil; Valdson
18 José Rabelo, Coordenador-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de
19 Migrantes - MJSP; Vera Jatobá, Diretora do SINAIT; Vivian Almeida, ANADEP; Weslei,
20 ANAMATRA; William Charley, DPU; Wilson Corrêa de Araújo Neto, CNI; Robert Itajahy Lopes,
21 CONAETE. COETRAEs: Daniela Reis, SPDDH – CODETRAE/RS; Maria Eduarda Fonseca,
22 COETRAE/PR; Pedro Maciel, COETRAE/MA; Rosália, CODETRAE/MS; Silvia Xavier,

23 COETRAE/PR; Vanessa Lima, COETRAE/PB; Wladsla Oliveira, COETRAE/DF; Eliane Oliveira,
24 COETRAE/GO. Outros Participantes: Alline Bessa de Menezes, Secretaria do Trabalho –
25 CGNormas/STRAB/MTP; Andreza Perini, SEDH/ES; Carolina Ornela, instituição não informada;
26 Dimas, GPDDH/ES; Giuliano Campos de Farias, COETRAE/SP; Gustavo Ferroni, OXFAN
27 BRASIL; Felipe Merino, Professor/Coordenador da Comissão Estadual da Secretaria de Justiça do
28 Rio Grande do Sul; Wilson Correa de Araújo, instituição não informada; Luiz Gabriel Franco,
29 instituição não informada. Dando início aos trabalhos, seguiu-se ao Item 1. Abertura: O Sr. Herbert
30 Borges Paes de Barros realizou a abertura da reunião cumprimentando a todos e agradecendo a
31 dedicação e empenho da CGCTE para organização desta primeira reunião conforme o Regimento
32 Interno da CONATRAE recentemente aprovado. Agradeceu também a todos os convidados e
33 parceiros da Comissão pela disponibilidade. Em seguida, passou à palavra ao Secretário Eduardo
34 Miranda Freire de Melo, que também agradeceu a todos pela disponibilidade e pelo trabalho,
35 justificando que não poderá permanecer até o final da reunião, uma vez que terá que se ausentar
36 para participar de uma audiência pública. Solicitou que o Sr. Herbert Borges Paes de Barros o
37 auxilie na condução da pauta, retornando a palavra. Prosseguindo, realizou-se a leitura da pauta, que
38 estava composta pelos seguintes itens: 1. Abertura (Presidência da CONATRAE); 2. Aprovação da
39 Ata da Reunião Ordinária de 30/08/2021 (CGCTE); 3. Política Nacional de Enfrentamento ao
40 Tráfico de Pessoas (CGETP/MJ); 4. Fluxo para encaminhamento das trabalhadoras domésticas
41 resgatadas (MTP); 5. Fluxo da CONATRAP para Vítimas de Tráfico de Pessoas (MTP); 6.
42 Atualização do Radar SIT, dados de 2021 (MTP); 7. Atualização da situação de designação da
43 Coordenação da COETRAE/SP e articulação junto ao governo do estado para retomada dos
44 trabalhos (ANAMATRA, CPT e CONTAG); 8. Recomposição do orçamento da inspeção do
45 trabalho na LOA 2022 (ANAMATRA, CPT e CONTAG); 9. Apresentação e compartilhamento do
46 Documento “Atuação na Inspeção do Trabalho no Brasil para Erradicação do Trabalho Análogo ao
47 de Escravo”, de autoria da SIT (MTP) e da OIT. Justificada pela sua retirada e demanda de
48 republicação imediata em *site* oficial (ANAMATRA, CPT e CONTAG); 10. Proposta de nota da
49 CONATRAE sobre concurso público para auditoria fiscal (ANAMATRA, CPT e CONTAG); 11.
50 Informes (Informações referentes à solicitação de concurso público para a carreira de Auditor Fiscal
51 do Trabalho (CGCTE); Mapeamento das sentenças penais e civis relativas ao trabalho análogo à
52 escravidão na Justiça Federal e Justiça do Trabalho (CGCTE); Cumprimento da Sentença Fazenda
53 Brasil Verde (CGCTE); Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo (CGCTE);

54 Dados Pessoais de auditores-fiscais do trabalho em notificações para prestar depoimento na Justiça
55 Federal (SIT); Atendimento de Saúde de trabalhadores resgatados (SIT); Cumprimento do Fluxo
56 Nacional, trabalhadores indocumentados (SIT); Atividades da Semana Nacional de Combate ao
57 Trabalho Escravo 2022 (CGCTE)); 12. Encerramento. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros
58 registrou que, na preparação da reunião pela manhã, foi identificado um tópico que poderia ser
59 invertido, explicando que a proposta é aproximar o Item 5. Fluxo da CONATRAP para Vítimas de
60 Tráfico de Pessoas da explanação do Coordenador-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e
61 Contrabando de Migrantes. Não havendo manifestações contrárias, a pauta foi aprovada pela
62 unanimidade dos presentes com as alterações realizadas. Abrindo para manifestações, o Sr. Felipe
63 Merino externou a sua satisfação por estar participando dessa reunião e salientou que, diante a
64 constatação de que governo federal vem buscando melhorias com relação aos benefícios sociais,
65 gostaria de solicitar ao Secretário que levasse ao Presidente da República a sua demanda de que o
66 número de parcelas do seguro-desemprego para as vítimas de trabalho escravo fosse aumentado de
67 três para cinco. O Secretário Eduardo Miranda Freire de Melo afirmou que levará esse pleito,
68 ponderando que essa demanda é vital para que as vítimas não retornem à situação de trabalho
69 escravo. Dando sequência, passou-se ao Item 2. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de
70 30/08/2021 (CGCTE): Realizadas as retificações necessárias, a Ata foi considerada aprovada pela
71 unanimidade dos presentes. Passando ao Item 3. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de
72 Pessoas (CGETP/MJ): O Sr. Herbert Borges Paes de Barros realizou um breve resgate histórico dos
73 debates realizados sobre o tema na CONATRAE, passando a palavra ao Coordenador-Geral de
74 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes do Ministério da Justiça e
75 Segurança Pública, Sr. Valdson José Rabelo, que apresentou as ações desenvolvidas e as
76 perspectivas da CGETP para 2021/2022, destacando que a principal ação ao enfrentamento do
77 tráfico de pessoas é realizada através do III Plano Nacional de Erradicação do Tráfico de Pessoas,
78 aprovado pelo Decreto nº 9.440/2018. O Secretário Eduardo Miranda Freire de Melo parabenizou
79 pela apresentação, salientando que os *links* disponibilizados apontam uma pesquisa robusta de
80 dados. Solicitou a disponibilização da exposição para envio aos membros da Comissão, sendo
81 esclarecido que será enviado por *e-mail* assim que possível. Justificou que terá que se ausentar
82 nesse momento, passando a coordenação total dos trabalhos ao Sr. Herbert Borges Paes de Barros.
83 Abrindo para manifestações, a Sra. Vanessa Lima registrou que o estado da Paraíba ficou muito
84 tempo prejudicado por não ter acesso às reuniões dos núcleos e à Coordenação-Geral de

85 Enfretamento ao Tráfico de Pessoas. Afirmou que o estado gostaria de participar da construção de
86 fluxo de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas, visto que até o momento não foi
87 encaminhada nenhuma informação pela anterior Coordenação-Geral mesmo havendo decreto
88 institucionalizando o Núcleo de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas da Paraíba. Solicitou um
89 posicionamento sobre a Portaria nº 45 do Ministério da Cidadania referente ao atendimento das
90 vítimas por parte do SUAS. O Sr. Valdson José Rabelo entendeu que houve uma falha de
91 comunicação em relação às reuniões anteriores, desculpando-se com o estado da Paraíba e explanou
92 que não possui conhecimento sobre alterações à Portaria nº 45. Informou que estão pretendendo
93 estabelecer uma diretriz mínima para maior fluidez das informações. Prosseguindo, passou-se ao
94 Item 5. Fluxo da CONATRAP para Vítimas de Tráfico de Pessoas (MTP) conforme inversão de
95 pauta aprovada: A Sra. Lys Sobral registrou que há dúvidas referentes ao fluxo da CONATRAP e
96 sobre a sua aplicação às vítimas de tráfico de pessoas e o Sr. Herbert Borges Paes de Barros
97 complementou discorrendo que uma das preocupações da CONATRAE está relacionada à
98 participação do processo, visto que a Comissão participou da construção desse fluxo. O Sr. Valdson
99 José Rabelo explicou que a CGETP percebeu a existência de convergências no início da elaboração
100 do fluxo e, por isso deliberou pela elaboração de uma diretriz normativa, que será objeto de
101 deliberação do CONATRAP assim que houver a publicação da sua portaria de composição. Em
102 seguida, passou-se ao Item 4. Fluxo para encaminhamento das trabalhadoras domésticas resgatadas
103 (MTP): A Sra. Marina Cunha Sampaio explanou que o MTP está trabalhando a matéria referente ao
104 trabalho doméstico dentro do tema da discriminação em uma intersecção com a Divisão de
105 Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE) devido aos regates das
106 trabalhadoras domésticas que estão acontecendo. Relatou sobre a situação das trabalhadoras
107 domésticas resgatadas e destacou que o principal desafio está relacionado ao pós-resgate,
108 exemplificando. Ponderou que o papel da Assistência Social é essencial para acolhimento e inserção
109 social dessas vítimas e indicou como sugestões a serem pensadas: a inversão do fluxo de
110 atendimento, de acolhimento e de abrigo; a realização de acompanhamento psicológico; a
111 realização de atendimento psiquiátrico e exigência de laudo neurológico; a criação de fluxo de
112 capacitação entre os agentes da assistência e do resgate; o acompanhamento pelo Ministério Público
113 Estadual; e a implementação do art. 48 do Código Penal. A Sra. Lys Sobral reforçou que o MPT
114 compartilha das mesmas preocupações indicadas pela representante do MTP e lembrou que houve
115 um Grupo de Trabalho sobre o Trabalho Doméstico o qual não teve o seu trabalho implementado.

116 Sugeriu que houvesse a implementação desse Grupo de Trabalho, uma vez que o fluxo de
117 atendimento às vítimas demanda uma atenção especial. O Sr. William Charley informou que há
118 uma proposta no Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) de realização de oitivas
119 especializadas das vítimas de trabalho escravo doméstico, afirmando que apoia essa iniciativa. A
120 Sra. Andréia Figueira Minduca concordou com a necessidade de retomar as discussões sobre o tema
121 e informou que o Grupo de Trabalho sobre Trabalho Doméstico gerou um relatório com a indicação
122 dos próximos passos, entendendo que seria importante retomar as suas discussões, inclusive,
123 convidando representantes do estado da Bahia. O Sr. Gerson Soares observou que esse tema é muito
124 delicado para as subsecretarias do MTP e informou sobre o projeto que está trabalhando a
125 discriminação no âmbito do trabalho doméstico e sobre o desenvolvimento de várias ferramentas de
126 interlocução social, ressaltando que as divulgações midiáticas das ações positivas das equipes
127 trouxeram um grande aumento de demandas. O Sr. Maurício Krepsky Fagundes lembrou que os
128 índices são maiores nos estados menos desenvolvidos economicamente e mencionou sobre as
129 dificuldades de a fiscalização localizar e identificar o trabalho doméstico escravo. Externadas todas
130 as opiniões e manifestações, foram definidos os seguintes encaminhamentos: a) Será realizado
131 diálogo com o Sr. Danyel Iório de Lima para definir como a Secretaria Nacional de Assistência
132 Social (SNAS) poderá assumir a liderança dos debates sobre a avaliação do aperfeiçoamento do
133 fluxo de atendimento às vítimas de trabalho escravo doméstico, especialmente, relacionada ao seu
134 acolhimento; b) Realização de reunião com os demais atores para pensar nas demais questões
135 associadas mencionadas pela representante do MTP. Em seguida, passou-se ao Item 6. Atualização
136 do Radar SIT, dados de 2021 (MTP): O Sr. Maurício Krepsky Fagundes informou que, no dia 5 de
137 outubro de 2021, o Radar da SIT foi atualizado com os dados de trabalhadores resgatados e das
138 ações fiscais de trabalho escravo até 30 de setembro de 2021, destacando que houve 1.015
139 trabalhadores resgatados. Abrindo para manifestações, o Sr. Xavier Jean Marie Plassat parabenizou
140 pelo trabalho realizado e notificou que o Radar da CPT está próximo de 1.450 trabalhadores
141 resgatados em 2021, o que representará um recorde dos últimos quatro anos. O Sr. Gerson Soares
142 salientou a política de comprometimento da SIT, ponderando que ações de combate ao trabalho
143 escravo foram intensificadas. Prosseguindo, passou-se ao Item 7. Atualização da situação de
144 designação da Coordenação da COETRAE/SP e articulação junto ao governo do estado para
145 retomada dos trabalhos (ANAMATRA, CPT e CONTAG): A Sra. Natália Suzuki informou que a
146 COETRAE/SP realizou a sua reunião na última semana com a presença do seu novo coordenador, o

147 Secretário Estadual de Justiça e Cidadania Giuliano Campos de Farias. Acrescentou que está sendo
148 elaborada uma nova versão do Plano Estadual de Combate ao Trabalho Escravo. O Sr. Giuliano
149 Campos de Farias colocou-se à disposição e relatou que ainda está tomando conhecimento das
150 questões que estavam em andamento, explanando que foi definido um plano de trabalho para
151 revisão do Plano Estadual, que está sendo submetido à análise de todos os integrantes da
152 COETRAE/SP. Dando sequência, passou-se ao Item 8. Recomposição do orçamento da inspeção do
153 trabalho na LOA 2022 (ANAMATRA, CPT e CONTAG): O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva
154 discorreu que estão sendo realizadas diversas articulações e reuniões com parceiros e parlamentares
155 com o propósito de garantir a recomposição do orçamento para a inspeção do trabalho,
156 especialmente, relacionado ao investimento para garantir uma fiscalização efetiva. Esclareceu que a
157 ideia é incluir esse tema nos debates da CONATRAE a fim de elaborar uma ação efetiva. Passando
158 à palavra ao representante da OXFAN BRASIL, Sr. Gustavo Ferroni, realizou uma breve
159 apresentação dos trabalhos da OXFAN BRASIL. Comentou que está representando um grupo de
160 entidades da sociedade civil e entidades sindicais que estão buscando o fortalecimento da
161 fiscalização das condições de trabalho no campo, sendo que atuaram em 2020 para garantir uma
162 dotação orçamentaria adequada em 2022 para as fiscalizações. Salientou o trabalho multifacetado
163 realizado no Congresso Nacional para a busca de emendas, todavia, observou que o cenário não é
164 positivo. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat sugeriu realizar uma inversão de pauta, antecipando o
165 Item 10, uma vez que os assuntos estão relacionados. Reforçou que a CPT vem observando uma
166 defasagem considerável a partir de 2003, pois não houve mais concursos para o recrutamento de
167 auditores-fiscais do trabalho. Registrou que o Brasil está contrariando a Convenção OIT nº 81, o
168 Termo de Solução Amistosa do Caso José Pereira e a Sentença da Corte Interamericana dos
169 Direitos Humanos Brasil Verde, afirmando que se faz urgente a destinação de recursos para a
170 recomposição do déficit de auditores-fiscais do trabalho. A Sra. Vera Jatobá parabenizou o trabalho
171 realizado pela fiscalização, todavia, observou que ainda não é suficiente. Registrou que o SINAIT,
172 ao longo do tempo, vem trabalhando a questão do orçamento e conseguiu algumas emendas
173 importantes para a fiscalização do trabalho e para o combate ao trabalho escravo. A Sra. Luciana
174 Paula Conforti concordou que as ações voltadas à fiscalização são essenciais, especialmente, neste
175 momento de pandemia em que há uma grande fragilidade do mercado de trabalho. Reforçou a
176 importância do compromisso com essa política de estado e da retomada de todas as ações. O Sr.
177 Herbert Borges Paes de Barros informou que o Ministério tem trabalhado com um processo de

178 captação de emendas parlamentares para apoiar a estruturação dos Conselhos Tutelares e dos
179 Conselhos da Pessoa Idosa do país, e, recentemente, para desenvolvimento do Projeto “Van dos
180 Direitos” com o objetivo de apoiar a equipagem das Defensorias Públicas Estaduais. Compartilhou
181 as experiências dessas captações de emendas, sugerindo que a CONATRAE focasse nas emendas
182 impositivas e buscasse o apoio da SIT para tentar definir uma espécie de kit. Lembrou que houve
183 um processo iniciado anteriormente para aquisição de equipamentos, o qual pode auxiliar no
184 desenho do kit básico necessário. Questionou como a Comissão poderia se envolver no processo. O
185 Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva explicou que estão atuando em várias frentes para que tenham
186 mais possibilidades e discorreu que a CONATRAE poderia articular algumas reuniões com figuras
187 chaves, a fim de constituir um apoio institucional mais forte. Informou que foi elaborada uma
188 proposta de nota para aprovação da Comissão para que traga relevância ao tema e sensibilize os
189 parlamentares. Apresentada a proposta de nota que trata da destinação orçamentária adequada ao
190 combate ao trabalho análogo ao escravo no Brasil em 2022, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros
191 reiterou a necessidade de envio antecipado das propostas de notas e sugeriu que fosse colocada mais
192 concretude na demanda, indicando a necessidade de apresentação de emendas específicas para a
193 aquisição de equipamentos. O Sr. Gerson Soares observou que a grande dificuldade do orçamento
194 público está relacionada à diferenciação entre rubricas de investimentos e as rubricas de custeio e o
195 que é necessário em cada uma, entendendo que a nota deveria trazer uma interlocução explicando o
196 que seriam essas duas rubricas. Não havendo mais manifestações, o Sr. Herbert Borges Paes de
197 Barros questionou se haveria alguma manifestação oposta à nota. Com a manifestação contrária
198 apenas da CNA, observou que a redação precisa ser aperfeiçoada, sugerindo que as contribuições
199 dos membros e a aprovação fossem realizadas por *e-mail*. O Sr. Gerson Soares entendeu que todo o
200 investimento e todo processo relacionado à inspeção do trabalho não está relacionada a apenas uma
201 política policiaisca, visto que o objetivo é aporte de recursos para a política social de disseminação
202 do conhecimento e da interlocução social. O Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva agradeceu pelas
203 contribuições e intuiu que a nota deveria ficar mais aberta, visto que ainda estão na fase de diálogos
204 com a comissão e o relator setorial. Concordou com a sugestão de finalizar a nota com o pedido
205 explícito de destinação de emendas e compreendeu que a questão trazida sobre investimento é
206 importantíssima, porém, é complexa e necessita de uma análise mais técnica, ponderando que seria
207 interessante contar com o auxílio do próprio Ministério. A Sra. Vera Jatobá parabenizou pelo
208 documento e colocou a assessoria da SINAIT à disposição. Observou que o posicionamento da

209 CNA é preocupante. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros explicou que a ideia é encontrar
210 caminhos conjuntos, ponderando que haverá um prazo para leitura e discussão da redação da nota.
211 O Sr. Antônio entendeu que seria muito interessante a realização de campanhas informativas
212 referentes aos direitos dos trabalhadores e ao conceito de trabalho escravo e informou sobre o
213 estudo realizado pela OIT, no qual foi elaborado um mapa de associações das infrações de trabalho
214 escravo. Instou as representantes dos empregadores a buscarem o seu papel de informar as bases da
215 cadeia sobre o que é trabalho escravo. Finalizadas as manifestações, foi consensuado o seguinte
216 encaminhamento: A proposta de nota que trata da destinação orçamentária adequada ao combate ao
217 trabalho análogo ao escravo no Brasil em 2022 será encaminhada pela Secretaria Executiva por *e-*
218 *mail* aos membros para contribuições até o dia 8 de novembro de 2021, às 12h e votação no dia 9 de
219 novembro de 2021. Não sendo possível a consolidação de todas as contribuições na data definida, a
220 votação será realizada no dia 10 de novembro de 2021. Acatada a inversão de pauta solicitada
221 anteriormente, passou-se ao Item 10. Proposta de nota da CONATRAE sobre concurso público para
222 auditoria fiscal (ANAMATRA, CPT e CONTAG): O Sr. Herbert Borges Paes de Barros registrou
223 que já foi elaborada uma manifestação sobre a necessidade de concurso público para auditoria fiscal
224 em 2020, visto que também foram realizadas tentativas de uma reunião da CONATRAE com as
225 autoridades responsáveis pela realização de concurso público do Ministério da Economia, todavia,
226 não houve uma manifestação positiva até o momento. Observou que não recebeu a proposta de
227 nota, reiterando novamente sobre a necessidade de envio antecipado para que haja o tempo
228 necessário para os diálogos internos. Apresentada a proposta de nota pública solicitando a
229 realização de concurso para auditor-fiscal do trabalho, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros
230 observou que há a necessidade de alguns ajustes, sugerindo que fosse utilizado o mesmo
231 mecanismo aprovado no encaminhamento do item anterior. Registrada apenas a manifestação
232 contrária da CNA referente à nota, definiu-se o seguinte encaminhamento: A proposta de nota
233 pública solicitando a realização de concurso para auditor-fiscal do trabalho será encaminhada pela
234 Secretaria Executiva por *e-mail* aos membros para contribuições até o dia 10 de novembro de 2021
235 e votação no dia 12 de novembro de 2021. As COETRAEs que desejarem elaborar uma menção de
236 apoio à nota deverão seguir o seu processo decisório. Em seguida, passou-se ao Item 9.
237 Apresentação e compartilhamento do Documento “Atuação na Inspeção do Trabalho no Brasil para
238 Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo”, de autoria da SIT (MTP) e da OIT. Justificada
239 pela sua retirada e demanda de republicação imediata em *site* oficial (ANAMATRA, CPT e

240 CONTAG): O Sr. Xavier Jean Marie Plassat solicitou explicações à SIT sobre a retirada desse
241 documento do *site* oficial e o Sr. Gerson Soares esclareceu que houve apenas a identificação de
242 ausência de forma no documento, afirmando que será republicado assim que o trabalho de
243 formatação for finalizado. Prosseguindo, passou-se ao Item 11. Informes: Com relação ao informe
244 sobre o cumprimento da Sentença Fazenda Brasil Verde, o Sr. Bruno Tempesta enfatizou que serão
245 lançados todos os recursos necessários para localização das vítimas, destacando que foram
246 localizadas sete vítimas das 40 identificadas. Informou sobre a realização de reunião com a
247 Secretaria Nacional de Segurança Pública para realização de busca ativa, na qual foi consensuada a
248 elaboração de um ofício para formalização da solicitação. Externou a preocupação com relação ao
249 assédio às vítimas que estão recebendo alguma verba de indenização, ponderando que será
250 necessário realizar uma discussão com o Ministério da Cidadania referente a essa questão. O Sr.
251 Herbert Borges Paes de Barros complementou discorrendo que receberam um expediente do
252 Ministério Público Federal (MPF) com sugestões e indicações de outros caminhos para
253 complementar a identificação das vítimas a serem indenizadas. A Sra. Ana Carolina Roman
254 explicou que o expediente do MPF foi direcionado à Ministra Damares Alves e destacou, como
255 recomendação essencial, a formação de grupo composto pelo Ministério Público Federal (MPF),
256 pela Defensoria Pública da União (DPU) e pelos representantes das vítimas para facilitar o fluxo de
257 informações. Registrou que a demora no pagamento das indenizações, especialmente para os
258 herdeiros, tem favorecido o assédio de advogados, pontuando alguns casos. Alegou que ainda não
259 possui nenhuma informação sobre a aceitação ou não da recomendação pelo MMFDH. O Sr.
260 Herbert Borges Paes de Barros relatou que consultou a área responsável e está aguardando uma
261 resposta definitiva para envio de nota do DEPDDH. O Sr. Xavier Jean Marie Plassat ratificou as
262 palavras da Sra. Ana Carolina Roman, sugerindo a realização de ação para agilizar a decisão dos
263 juízes federais competentes. O Sr. Humberto Adami propôs que a CONATRAE expedisse um
264 ofício à OAB de cada estado descrevendo as atitudes tomadas pelos profissionais investigados e
265 solicitando o seu apoio. Solicitado o envio da recomendação para o *e-mail* do representante da
266 DPU, Sr. William Charley, a Sra. Ana Carolina Roman compreendeu que, talvez, seria necessário
267 que a CONATRAE articulasse com a Advocacia-Geral da União (AGU) a realização de audiência
268 com os juízes responsáveis pelos casos para demonstrar o interesse envolvido. O Sr. Herbert Borges
269 Paes de Barros agradeceu pela apresentação do tema e lembrou sobre a criação de estrutura no
270 âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de apoio ao cumprimento da Sentença da Corte

271 Interamericana, sugerindo acioná-los para a elaboração de uma orientação aos juízes. Prosseguindo
272 às informações referentes à solicitação de concurso público para a carreira de Auditor-Fiscal do
273 Trabalho, o Sr. Bruno Tempesta observou que esse tema foi discutido anteriormente, mas informou
274 que a CGCTE tem se esforçado na solicitação dessa pauta. Arrazouou que há um protocolo junto ao
275 Ministério da Economia, recebido no dia 18 de outubro de 2021, explanando que ainda estão dentro
276 do prazo para marcar uma reunião. Dando sequência, relatou que está sendo feito um trabalho
277 interno no MMFDH para publicação do mapeamento das sentenças penais e civis relativas ao
278 trabalho análogo à escravidão na Justiça Federal e Justiça do Trabalho. Em seguida, informou sobre
279 a publicação da Portaria nº 3.484, no dia 7 de outubro de 2021, que versa sobre o Fluxo Nacional de
280 Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo, registrando que o grande desafio está relacionado aos
281 ajustes necessários e à adesão dos estados e dos municípios. Passando ao informe sobre os dados
282 pessoais de auditores-fiscais do trabalho em notificações para prestar depoimento na Justiça
283 Federal, o Sr. Maurício Krepsky Fagundes solicitou o apoio da CGCTE e da CONATRAE para
284 expor ao órgão responsável pela justiça federal alguns riscos existentes na intimação dos auditores
285 fiscais do trabalho para depoimento na justiça federal, visto que há a exposição de seus dados
286 pessoais. O Sr. Herbert Borges Paes de Barros afirmou que será estudada a melhor forma de apoio.
287 Prosseguindo aos informes sobre o Atendimento de Saúde de trabalhadores resgatados e sobre o
288 cumprimento do Fluxo Nacional, trabalhadores indocumentados, o Sr. Maurício Krepsky Fagundes
289 notificou que o diálogo para inclusão do atendimento de saúde no fluxo de acolhimento dos
290 trabalhadores resgatados ainda não evoluiu, todavia, registrou que houve o entendimento de saúde
291 de 116 trabalhadores resgatados em Água Fria de Goiás com sintomas gripais. Postulou que ainda
292 ficou pendente o atendimento de assistência social a esses trabalhadores, assim como os problemas
293 de documentação. A Sra. Andréia Figueira Minduca discorreu que a primeira reunião realizada com
294 a nova coordenadora tinha como propósito o alinhamento da pauta, sendo que foi definida, como
295 encaminhamento, a realização de reunião conjunta com o Ministério do Trabalho e da Cidadania
296 considerando o processo de construção de fluxo. O Sr. Bruno Tempesta elogiou o trabalho da
297 DETRAE e salientou a importância de ouvi-los, afirmando que será definida uma reunião. Passando
298 aos informes sobre as atividades da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo 2022, o Sr.
299 Bruno Tempesta comunicou que a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo será
300 realizada na última semana de janeiro, explanando que será enviado um ofício circular para as
301 entidades envolvidas no tema, convidando-as para compor o grupo de trabalho proposto para

302 conscientização e elaboração de campanhas educativas e informativas. Prosseguindo, passou-se ao
303 Item 12. Encerramento: Sem mais nada a tratar, o Sr. Herbert Borges Paes de Barros agradeceu a
304 participação de todos, encerrando Reunião Ordinária Virtual da CONATRAE.